

# Palavra sensata

## Sem uma fundamentação de qualidade, o impeachment não vai repactuar o Brasil

EUGÊNIO BUCCI

11/04/2016 - 08h00 - Atualizado 25/10/2016 20h44

Compartilhar

Assine já!

Na quarta-feira, 30 de março, o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, usou a palavra “golpe” para se referir ao impeachment da presidente Dilma Rousseff. “Se não houver fato jurídico que respalde o processo de impedimento”, disse ele, “esse processo não se enquadra em figurino legal e transparece como golpe.”

Vamos prestar atenção nas entrelinhas. Ele não declara, como vêm fazendo os dirigentes do PT, seus cabos eleitorais e a própria presidente Dilma, que “impeachment é golpe”. O ministro é mais cauteloso. Alega que, sem provas claras de conduta criminoso, o processo do impeachment “transparece como golpe”. E, se transparecer como golpe, se a impressão prevalecer, o afastamento de Dilma poderá agravar a crise em vez de solucioná-la. Boa parte dos brasileiros sairá do desgastante processo que é a destituição de um presidente da República com um gosto de ressaca no espírito, com a sensação de ter visto triunfar uma conspiração de oportunistas.

Essa parece ser a preocupação do ministro, que descarta a hipótese de que um impeachment sem fundamentos jurídicos traga a bonança: “Nós não teremos a solução e o afastamento das mazelas do Brasil apeando a presidente da República. O que nós precisamos, na verdade, nesta hora, é de entendimento, é de compreensão, é de visão nacional”.

Teria Marco Aurélio Mello se convertido ao petismo? Nem de longe. Entre os integrantes da Corte Suprema brasileira, ele certamente não é o que mais evita os microfones. Ainda que contrarie a liturgia costumeira dos magistrados, essa postura nos traz, agora, uma vantagem: ninguém tem dúvidas sobre as posições do ministro e, dele, não se pode dizer que tenha alguma proximidade com o PT. Nomeado por Fernando Collor em 1990, não carrega no currículo nenhuma proximidade ideológica com o partido da presidente ou alguma colaboração, ainda que fortuita, com Lula. Ao contrário, algumas das críticas mais duras ao desgoverno instalado no Palácio do Planalto vieram de suas entrevistas. Que agora ele fale em “golpe” quando trata do impeachment, ainda que de modo tão prudente, dá o que pensar.

Sua fala não se confunde com o discurso apocalíptico dos governistas, para os quais o impeachment não passaria de uma quartelada parlamentar. É claro que não se pode chamar de golpe um processo cuja forma e cujos ritos estão previstos na Constituição. Não se pode chamar de golpe um procedimento que não rompe com as regras do estado de direito, cujas etapas processuais estão autorizadas pelo Supremo Tribunal

Federal. Quem chama isso de golpe quer confundir os brasileiros, talvez com a intenção de preparar o caminho para um contragolpe raivoso e implacável. Se a maioria parlamentar que votar pelo impedimento da presidente for devidamente caracterizada como golpista e antidemocrática, será mais fácil exigir nas ruas a derrubada do sucessor de Dilma como se ele fosse um usurpador barato e ilegítimo. O ministro do Supremo não se alinha com a retórica apocalíptica, o que é óbvio, mas ele não é insensível às consequências que podem vir se esse discurso acabar prevalecendo.

Escutemos o recado que ele deu. Não se trata de ser contra o impeachment por princípio. Em vez disso, trata-se de atentar para a qualidade do processo de impeachment. Dessa qualidade dependerá, direta e dramaticamente, o futuro imediato do Brasil. Neste momento, os motivos da cassação importam mais do que a própria cassação. A densidade da fundamentação jurídica e política para o afastamento precisa ser capaz de sustentar uma nova união nacional em torno de um novo projeto nacional, um novo fôlego, um novo impulso. Sem uma fundamentação de qualidade, convincente, fácil de ser entendida, o impeachment não vai repactuar o Brasil. Ao contrário, vai aprofundar as divisões que hoje já acendem fogueiras de intolerância separando grupos de amigos, famílias e multidões.

A decisão de afastar a presidente não cabe apenas aos parlamentares. É óbvio que os deputados federais e os senadores têm a atribuição de julgar o impeachment, mas o verdadeiro tribunal é a sociedade inteira. Se não houver um convencimento nacional amadurecido nessa direção, como houve no afastamento de Fernando Collor, em 1992, o futuro será pior. A saída de Collor uniu o Brasil e por isso foi benéfica. Hoje, o impeachment de Dilma, se seguir no ritmo dos fanáticos (de um lado e de outro), pode dividi-lo ainda mais. Se não surgirem provas contundentes, num processo justo, capaz de convencer os brasileiros de boa-fé, o que teremos é um casuísmo cujo preço será alto demais.